



**“A POLÍTICA EDUCACIONAL
PAULISTA: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE TRABALHO
PRATICADAS NO MUNICÍPIO DE VALINHOS”¹**

Isolda Santiago dos Santos²

Resumo: Este projeto é vinculado à linha de pesquisa Estado, políticas públicas e educação, e ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional – GREPPE e, mais especificamente, ao estudo em desenvolvimento no âmbito do acordo CAPES-COFECUB e da pesquisa FAPESP, coordenada pela orientadora Profª Dra Selma Borghi Venco, cujo objetivo geral é analisar as relações de trabalho praticadas junto aos e às docentes, no Brasil, na Região Metropolitana de Campinas, e na França nas regiões Île-de-France e Hauts-de-France. Assim, inscrito em tais projetos, o presente estudo busca analisar a incidência de contratos precários de professores e professoras (PEBII – Ensinos Fundamental II e Médio) que atuavam na rede paulista no município de Valinhos no período de 2011 a 2018. Foi tomada como hipótese que esse tipo de contrato é mais presente nas regiões periféricas do município. A pesquisa, de caráter documental, baseou-se nos dados por escola fornecidos pela Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo para, em seguida, os localizar no território.

Objetivos

O objetivo geral da presente pesquisa é analisar a política educacional praticada pelo governo do estado de São Paulo, que rege as relações de trabalho e configura determinadas condições de trabalho dos professores que atuam nos Ensinos Fundamental e Médio, no município de Valinhos.

Desses derivam os objetivos específicos. São eles: a) analisar a localização das escolas, cujo território delimita determinados contextos socioeconômicos e a distribuição de classes sociais; e, b) caracterizar as formas de contratação dos professores, a fim de verificar a presença, ou não, das formas de precariedade objetiva nas relações de trabalho, segundo o território. A hipótese orientadora desta investigação foi de que as escolas localizadas na periferia do município e que atendem às camadas mais vulneráveis socialmente da sociedade, contemplariam maiores índices de precariedade nas relações de trabalho.

¹Vinculado ao Projeto: A política educacional no Brasil e na França: um estudo sobre as relações de trabalho no território. (Acordo CAPES-COFECUB - PROCESSO: 885/2017) e ao projeto FAPESP com o mesmo título (Processo nº2019/01552-3)

²Discente - RA:199329, sob orientação da Profª. Dra. Selma Borghi Venco.

Procedimentos metodológicos

De caráter documental, a pesquisa privilegiou, no primeiro momento, o levantamento dos dados estatísticos - nacionais e também das escolas estaduais da Região Metropolitana de Campinas (RMC) – referentes às formas de contratação dos docentes. Foi feito um mapeamento sobre as metas referentes aos docentes presentes nos Planos Estaduais de Educação em todo o país, para observar o que é proposto e o que ocorre na realidade. A delimitação espacial concentrou seu recorte sobre o estado de São Paulo, depois analisando mais detidamente a situação na RMC e, principalmente, no município de Valinhos durante o período de 2011 a 2018.

Resultados

Em relação ao Plano Nacional de Educação, aos Planos Estaduais de Educação e aos Planos de Cargos, Carreira e Remuneração, existem diversas propostas para garantirem a valorização dos profissionais do magistério. A meta de número 18.5 do PEE-SP pretende: “Realizar concursos públicos de provas e títulos para provimento qualificado de todos os cargos ou empregos públicos ocupados pelos profissionais da educação, na rede de ensino público.” Porém, segundo dados de 2018 da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, diferentemente do que está descrito, foi verificado que mais de 1/4 dos professores atuando no ensino regular da rede pública em São Paulo não eram concursados. (Tabela 1)

Quadro 1 – Formas de contratação de professores SEE-SP, segundo legislação

Categoria	Tipo de contrato de trabalho
A	Professores titulares de cargo – professor efetivo, nomeado após aprovação em concurso público.
P	Não concursado que obteve estabilidade (admitido pela Lei 500/74), com vínculo ativo em 05/10/1988, com mais de cinco anos de exercício nesta data.
F	Não concursado que obteve estabilidade (admitido nos termos da Lei 500/74) com vínculo ativo no dia 02/06/2007. Integra o plano de previdência privada dos servidores efetivos (SPPREV, estabelecido pela LC 1.010/2007).
S	Professor eventual admitido em 2007. Previdência pelo SPPREV (privada).
O	Professor temporário admitido após 14/07/09 (admitido pela LC 1093/09). Com recolhimento ao INSS.
V	Professor eventual admitido depois de 14/07/09 (admitido pela LC 1093/09). Com recolhimento ao INSS.
OFA* ACT**	Admitido em caráter temporário (obteve estabilidade pela Lei 1010/2007). Designa qualquer funcionário admitido nos termos da Lei 500/74.

Fonte: VENCO (2019) **Obs.:** as letras correspondentes aos postos são denominações adotadas pela própria política. *OFA – Ocupantes de Função Atividade **ACT – Admitido em caráter temporário.

Tabela 1 - Quantidade de professores efetivos e não efetivos, vinculados ao governo do estado de São Paulo de 2011 a 2018 (nºs absolutos)

Ano	Efetivos	Não efetivos	Porcentagem de não efetivos	Total
2011	116.266	80.816	41,01	197.082
2012	117.623	115.174	49,47	232.797
2013	116.122	124.718	51,78	240.840
2014	138.708	112.028	44,68	250.736
2015	129.185	93.941	42,1	223.126
2016	124.202	82.633	39,95	206.835
2017	127.171	70.597	35,7	197.768
2018	121.524	68.887	36,18	190.411

Fonte: SEE-SP.

A porcentagem de professores e professoras não efetivas cresce de 2011 a 2013. Porém, a porcentagem de não efetivos decresce entre 2014 e 2018. Segundo Venco (2016), a diminuição de contratos não efetivos está atrelada a aspectos que não necessariamente demonstram maior valorização do magistério ou preocupação com a contratação mediante concurso público. Dois fatores para essa redução de profissionais com contratos precários seriam: a ampliação do número de alunos por sala e também a permissão para que professores concursados ministrem aulas de áreas correlatas a de sua formação; por exemplo, uma professora licenciada em matemática também poderia dar aula de física; e, o incentivo ao fim do ensino noturno. Sendo assim, “Visaram reduzir o número de professores não efetivos, mas, pondera-se, essas se distanciaram de medidas que visassem a qualidade do ensino.” (VENCO, 2016, p. 78)

Esta pesquisa delimitou seu recorte espacial em Valinhos, município do interior de São Paulo, criado pela lei 2.456 pelo Governo do Estado em 1953. Sua população é de 123.268 habitantes, possui uma área de 148,54 km², tem uma taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais de 3,13% e um IDHM de 0,819, sendo o mais alto da Região Metropolitana de Campinas. Os empregos formais estão concentrados principalmente no setor de serviços, correspondendo a 53,72%, seguido do setor industrial, com 25,41%, e Comércio Atacadista e Varejista e do Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas, sendo 17,62% do total. A renda per capita no município era superior à dos demais da RMC, correspondendo a R\$1.570,91 (IBGE, 2010).

Sobre as contratações praticadas em Valinhos, constatou-se que todas as escolas analisadas possuíam menos de 40% dos professores e professoras sob contratos precários em 2018, com exceção da Escola Estadual Professor Américo Belluomini, segundo a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. (Tabela 2) A hipótese considerada antes da realização desta pesquisa era de que as regiões mais periféricas de Valinhos compreenderiam os maiores

índices de precariedade, porém este é um município que apresenta baixas taxas de vulnerabilidade social, de modo geral, marcando majoritariamente níveis de baixa e baixíssima vulnerabilidade, em especial quando comparada com outras localidades da RMC (Fundação SEADE).

Tabela 2 - Quantidade de docentes efetivos e não efetivos da rede estadual, em Valinhos, 2018 (n^os absolutos)

Escolas Estaduais de Valinhos	Efetivos	Não efetivos	Total	% não efetivos
E. E. Adoniran Barbosa	19	8	27	29,62
E. E. Prof. Américo Belluomini	11	8	19	42,1
E. E. Prof. Antônio Alves Aranha	37	15	52	28,84
E. E. Cyro Barros de Rezende	36	16	52	30,76
E. E. Flávio de Carvalho	27	6	33	18,18
E. E. Prof. José Leme do Prado	20	12	32	37,5
E. E. Profª. Maria Neiva A. Justo	20	8	28	28,57

Fonte: SEE-SP. Elaboração própria.

A E. E. Prof. Américo Belluomini, que apresenta maior número de docentes não efetivos em seu quadro de funcionários (42,1%), localiza-se próxima ao centro do município. Segundo o mapeamento de vulnerabilidade social, realizado pela Fundação SEADE, a escola não se encontra em local considerado de alta vulnerabilidade, portanto, essa precariedade mais significativa dos e das professoras da escola em relação às outras do município não está necessariamente ligada ao que se estabeleceu como hipótese inicialmente. Entre as outras escolas, a variação percentual é de 18,18%, na E. E. Flávio de Carvalho, até 37,5%, na E. E. Prof. José Leme do Prado.

Conclusão

A partir da análise da incidência de contratos precários de professores e professoras em Valinhos, foi possível inferir que das sete escolas estaduais, apenas uma apresenta nível

acima de 40% do quadro docente de profissionais não efetivos. A hipótese inicial não se verificou, no município, possivelmente por ter o IDHM mais alto da RMC (0,819) e baixa vulnerabilidade social em todo o território. Assim, só seria possível relacionar a incidência de maior nível de precariedade com regiões mais periféricas se a análise fosse feita sobre toda a RMC, mas não em uma perspectiva micro, focando apenas no município.

Esta pesquisa faz parte de projetos maiores, então é possível encadear diversas novas investigações a partir dos dados coletados. Foi observado que, dentre os PEEs do Brasil, várias metas falam sobre reduzir os números de docentes com contratos precários no estado. Porém, além da redução percentual de profissionais não efetivos precisar ser analisada considerando outros aspectos, como mencionados anteriormente no item “Resultados”, a meta 18.5 do PEE-SP, que pretende realizar concursos públicos para todos os cargos da rede, ainda não é a realidade. Muitas professoras e professores ainda são submetidos a condições de trabalho degradantes definidas por esses contratos precários, compondo assim o que Silva (2018, 2019) chama de precariado professoral.

Referências bibliográficas

FUNDAÇÃO SEADE. Perfil dos Municípios Paulistas. São Paulo, 2019. Disponível em:
<http://www.perfil.seade.gov.br/>

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Município de Valinhos. Resultado dos Dados do Censo – 2010. Disponível em:
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/valinhos/panorama>

SILVA, A. **Dimensões da precarização do trabalho docente no século XXI: o precariado professoral e o professorado estável-formal sob a lógica privatista empresarial nas redes públicas brasileiras.** Tese de doutorado. UFRJ, Rio de Janeiro, 2018.

SILVA, A. O precariado professoral e as tendências de precarização que atingem os docentes do setor público. **Roteiro**, Joaçaba. V. 44, n. 3, p. 1-20, set.-dez. 2019.

VENCO, S. Precariedades: desdobramentos da Nova Gestão Pública no trabalho docente. **Crítica e Sociedade**. Revista de Cultura Política. V.6, N.1, nov., 2016.

VENCO, S. Uberização do trabalho: um fenômeno de tipo novo entre os docentes de São Paulo, Brasil? **Cadernos de Saúde Pública**. V. 35, supl. 1, Rio de Janeiro, maio/2019.